

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.564.774 - RS (2019/0240906-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
OUTRO NOME : RGE - RIO GRANDE ENERGIA S/A
ADVOGADOS : MARCOANTONIO FRANZEN - RS040432
MOISES GRAFFUNDER DE VARGAS - RS066619
JOSE MAURO BARBIERI - RS017169
AGRAVADO : SANTO DEBASTIANI
AGRAVADO : GERCI SALETE VARGAS PIENHAK
AGRAVADO : LUIS CARLOS DEBASTIANI
ADVOGADOS : ALVADI ANTONIO GRISELI - RS052582
JOÃO CARLOS CEOLIN - RS059294

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por RGE - RIO GRANDE ENERGIA S.A. contra decisão de inadmissibilidade do recurso especial apresentado em desafio a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

AÇÃO INDENIZATÓRIA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO POR VÁRIOS DIAS. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. QUANTUM. PRELIMINAR AFASTADA. Da preliminar de ilegitimidade ativa

1. Não merece prosperar a preliminar aventada pela parte autora, na medida em que não só os titulares da unidade de energia elétrica detêm legitimidade para postular a reparação em razão da falha na prestação dos serviços, mas também todas as vítimas do evento, nos termos do art. 17 do Código de Defesa do Consumidor.

Da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor

2. O artigo 2º do CDC não faz qualquer distinção à pessoa física ou jurídica, bastando, para o enquadramento como consumidor, que os bens ou serviços sejam adquiridos de um fornecedor e quem os adquiriu seja considerado "destinatário final".

3. Portanto, por ser destinatária final dos serviços prestados pela concessionária de energia, devem ser aplicadas as regras do Código de Defesa do Consumidor ao caso em comento.

Mérito do recurso em exame 4. A responsabilidade no caso em tela é objetiva, não dependendo de prova de culpa, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição Federal, exigindo apenas a existência do prejuízo, a autoria da conduta ilícita praticada e o nexo causal para a configuração do dever de indenizar, pois a demandada se trata de concessionário de serviço público.

5. O texto constitucional consagrou a teoria do risco administrativo, e não a teoria do risco integral, condicionando a responsabilidade do ente estatal ao dano decorrente da sua atividade, qual seja, a existência de causa e efeito entre a atividade do agente público e o prejuízo causado.

6. A agência reguladora dos serviços de energia elétrica estabelece no art. 176 da Resolução n. 414 de 2010, prazos para restabelecimento dos serviços de energia elétrica, os quais podem ser analogicamente aplicados ao caso em exame. Em tais situações, em que é extrapolado o prazo previsto na norma anteriormente citada, o dano moral é presumido, *in re ipsa*, porquanto não importa em unicamente extrapolar um indicativo de qualidade do serviço, mas indica o descumprimento de prazos máximos estabelecidos pela ANEEL.

7. A parte autora logrou comprovar os fatos articulados na exordial, ônus que lhe cabia e do qual se desincumbiu, a teor do que estabelece o artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil, no sentido de que houve falha na prestação do serviço prestado, consubstanciada na interrupção do fornecimento de energia elétrica sem razão jurídica e por tempo desarrazoado.

8. Não logrou êxito a ré em demonstrar que a interrupção da energia elétrica se deu em razão de força maior, ônus que lhe cabia e do qual não se desincumbiu, a teor do que estabelece o art. 373, II do CPC. A demandada poderia evitar tais intercorrências, com a melhoria da rede de fornecimento. Ademais, as intempéries climáticas podem ter suas consequências minimizadas com um sistema adequado de resolução de tais intercorrências, impedindo a suspensão do serviço por um largo período de tempo.

9. No que tange à prova do dano moral, por se tratar de lesão imaterial, desnecessária a demonstração do prejuízo, na medida em que possui natureza compensatória, minimizando de forma indireta as consequências da conduta da ré, decorrendo aquele do próprio fato. Conduta ilícita da demandada que faz presumir os prejuízos alegados pela parte autora, é o denominado dano moral puro.

10. É perfeitamente passível de ressarcimento o dano moral causado no caso em exame, decorrente de terem sido atingidos direitos inerentes a personalidade da parte autora, quais seja, os atinentes ao seu equilíbrio psicológico e tranquilidade, tendo em vista o

desassossego causado por não poder utilizar o serviço essencial que lhe foi sonogado indevidamente. Isso em razão de ter sido interrompido o fornecimento de energia por diversos dias, sem qualquer razão jurídica e por tempo desarrazoado, privando aquela de serviço essencial para manutenção de uma vida digna.

11. O valor a ser arbitrado a título de indenização por dano imaterial deve levar em conta o princípio da proporcionalidade, bem como as condições da ofendida, a capacidade econômica do ofensor, além da reprovabilidade da conduta ilícita praticada. Por fim, há que se ter presente que o ressarcimento do dano não se transforme em ganho desmesurado, importando em enriquecimento ilícito.

Afastada a preliminar suscitada e dado parcial provimento ao apelo.

Em suas razões de recurso especial, a parte recorrente defendeu, além de negativa de prestação jurisdicional, sua irresponsabilidade e a inexistência de danos morais pela falha no restabelecimento do fornecimento do serviço de energia elétrica prestado.

É o relatório. Decido.

Tendo em vista que a questão de direito trata da configuração de danos morais indenizáveis decorrentes de falha na prestação de serviço público de fornecimento de energia elétrica, notadamente pelo tempo de seu restabelecimento à luz de regulamentação específica do setor, determino sejam os autos encaminhados para redistribuição a um dos Ministros das Turmas integrantes da Primeira Seção, nos termos do art. 9º, § 1º, XIV, do RISTJ.

Cumpra-se.

Brasília, 20 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator